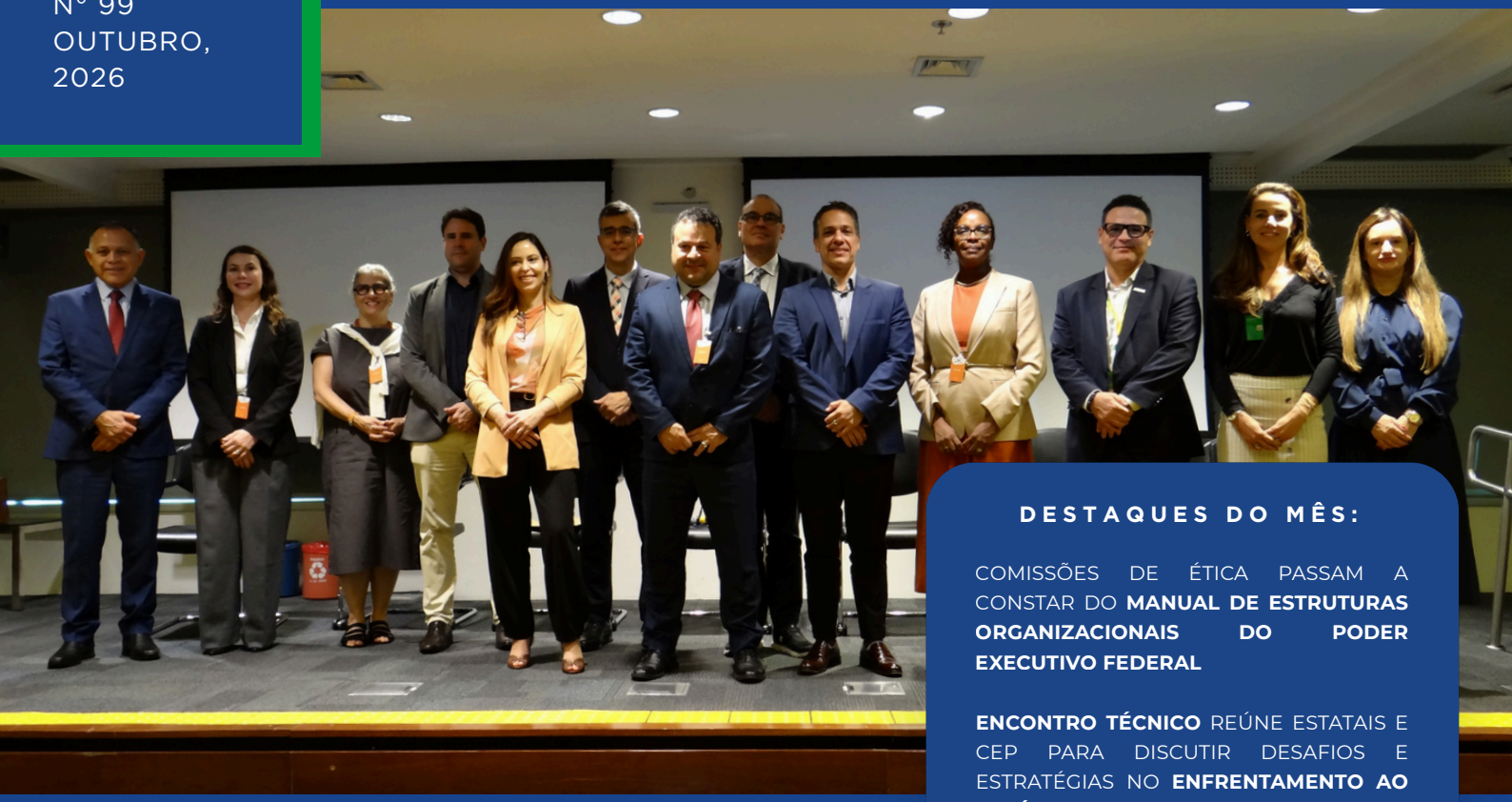
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Nº 99
OUTUBRO, 2026

BOLETIM INFORMATIVO

SISTEMA DE GESTÃO DA ÉTICA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Nesta edição do Boletim, apresentamos as principais atividades desenvolvidas no período, e destacamos iniciativas que refletem o compromisso permanente da Comissão de Ética Pública (CEP) com a orientação, a prevenção e o aprimoramento da governança ética.

MINUTO DA ÉTICA

Educar é mais do que ensinar conteúdos: é construir, em diálogo, caminhos para a transformação da realidade. Nesta edição, refletimos sobre a dimensão ética da docência e sobre como professores e agentes públicos, por meio de práticas fundamentadas no respeito, na escuta e no compromisso com o bem comum, contribuem para o fortalecimento de uma cultura de integridade e cidadania.

DESTAQUES DO MÊS:

COMISSÕES DE ÉTICA PASSAM A CONSTAR DO **MANUAL DE ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

ENCONTRO TÉCNICO REÚNE ESTATAIS E CEP PARA DISCUTIR DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO **ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO**

"ESTAMOS DIVULGANDO O QUE É IMPORTANTE OU EXPONDO PESSOAS? ", QUESTIONOU **PRESIDENTE DA CEP EM SEMINÁRIO DA UFRJ**

PRESIDENTE DA CEP PARTICIPA DE DEBATE INTERNACIONAL PARA **PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA**





NOTÍCIAS



"Estamos divulgando o que é importante ou expondo pessoas? ", questionou presidente da CEP em Seminário da UFRJ

Encontro Técnico reúne estatais e CEP para discutir desafios e estratégias no enfrentamento ao assédio





Comissões de Ética passam a constar do Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal

Presidente da CEP participa de debate internacional para promoção da democracia



NOTÍCIAS

CONFIRA O NOVO EPISÓDIO DO ***ÉTICA EM REDE****!*



Ep 10. Docência em Foco: Ética, Respeito e Ambientes Educacionais Saudáveis

Conversamos com a Doutora professora de Direito e Conselheira da CEP **Vera Karam** sobre os desafios enfrentados por profissionais da Educação, e o papel da ética na construção de ambientes educacionais mais saudáveis e acolhedores.

ouça também no Spotify

CLIQUE NO CARD ACIMA PARA OUVIR!



CONCURSO E OFICINA MARCAM TRABALHOS RECENTES DA COMISSÃO DE ÉTICA DA EMBRAPA

Pela Comissão de Ética da Embrapa

Pelo segundo ano consecutivo, a Comissão de Ética da Embrapa (CEE) promove um concurso que visa reconhecer e valorizar boas práticas de gestão da ética nas Unidades Centrais e Descentralizadas. As inscrições devem ser realizadas pelos Representantes Locais (RLs) e vão até 18 de setembro.

Os responsáveis pelas práticas vencedoras receberão reconhecimento por meio de divulgação institucional e da entrega de certificado assinado pela Diretoria da Embrapa, que será registrado nos respectivos assentamentos funcionais. Além disso, cada vencedor apresentará sua prática e compartilhará sua experiência durante o encontro de encerramento do calendário anual da CEE. Será um momento para celebrar conquistas, trocar experiências exitosas e inspirar todos os agentes do Sistema de Gestão da Ética da Embrapa.

O concurso é muito mais do que uma premiação: é uma oportunidade de dar visibilidade ao trabalho de cada RL, de reconhecer o esforço dedicado à promoção da ética e de inspirar colegas com exemplos concretos e transformadores. A proposta é fortalecer o ecossistema de integridade da Embrapa, que conta ainda com outras instâncias: a Corregedoria, a Ouvidoria e a área de Integridade e Riscos.

Serão reconhecidas iniciativas implementadas nas Unidades Centrais e Descentralizadas que promovam a ética no serviço público por meio de ações estruturantes de comunicação, educação, gestão e/ou preventivas. A CEE considera boas práticas as ações, as iniciativas, os processos e os conjuntos de procedimentos que se destacam por sua eficiência, eficácia e inovação na solução de desafios ou na melhoria dos resultados relacionados à gestão da ética na Embrapa.

As ações inscritas no concurso podem referir-se ao período de 2024 a 2026. As três práticas vencedoras obedecerão a ordem de classificação, considerando alinhamento com os princípios éticos, o engajamento institucional, a relevância, a aplicabilidade e a clareza da comunicação. O resultado do concurso será divulgado em 16 de outubro a todo o Sistema de Gestão da Ética da Embrapa.

OFICINA DE REDAÇÃO DE DENÚNCIAS

Outra ação recente da CEE foi a realização de uma oficina de redação de denúncias em 13 de agosto. O público prioritário foram os Representantes Locais, mas houve participação de outros interessados, como membros da Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral (CPPCAM), da Ouvidoria e de Setores de Gestão de Pessoas (SGPs). A iniciativa foi elogiada pelos participantes e passará a integrar a rotina do plano de trabalho da Comissão de Ética da Embrapa.



A ideia é fazer esse tipo de treinamento periodicamente, tanto para reforçar junto aos RLs mais antigos premissas e técnicas para a redação de denúncias, como para apresentar a novos RLs a relevância desse instrumento e como ele precisa ser considerado e tratado. A parceria com a Ouvidoria e a Corregedoria nesses treinamentos será um avanço, já que as três instâncias (essas duas e a Comissão de Ética) trabalham de maneira complementar e é fundamental delimitar e esclarecer interseções e limites entre as respectivas áreas de atuação. Essa iniciativa será expandida para todos os empregados e colaboradores para fortalecimento e confiança no canal de denúncias do Fala.BR.

SUA COMISSÃO TEM PROMOVIDO AÇÕES E/OU EVENTOS RELACIONADOS À ÉTICA?

Envie para o e-mail **eticase@presidência.gov.br** ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura Ética no serviço público.

ÉTICA E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DO PROFESSOR

Por Tatiana Claro [1]

Quando falamos em ética na educação, é muito comum pensarmos em respeito, responsabilidade, cumprimento de normas e condutas profissionais. Tudo isso é importante, sem dúvida, mas acredito que a ética na docência vai muito além dessas questões. Afinal, educar não é simplesmente ensinar conteúdos, cumprir um currículo ou preparar estudantes para avaliações. Educar é lidar com pessoas, histórias, sonhos, dificuldades e possibilidades, o que exige de nós não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, compromisso e responsabilidade com a formação humana.

Gosto de pensar que a ética se revela, sobretudo, nas pequenas decisões que tomamos diariamente. Está na maneira como acolhemos um estudante que apresenta dificuldades, na forma como lidamos com o erro, nas oportunidades que oferecemos e até mesmo nas nossas práticas avaliativas. Quando avaliamos, por exemplo, estamos preocupados apenas em classificar os estudantes ou buscamos compreender suas aprendizagens e identificar possibilidades de avanço? Percebam que não estamos falando apenas de escolhas metodológicas, mas de concepções de educação, de sociedade e, principalmente, de ser humano.

O professor como agente de transformação

Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia, nos lembra que “ensinar exige ética e estética”, convidando-nos a compreender a educação como uma prática profundamente humana, política e ética. Nessa perspectiva, o professor não pode ser visto como um simples transmissor de conhecimentos, pois sua atuação envolve a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e participar de sua transformação.

E aqui considero importante fazer uma provocação: será que temos consciência do quanto nossas atitudes podem transformar, positiva ou negativamente, a trajetória de um estudante? Uma palavra de incentivo pode despertar potencialidades, assim como uma atitude de desrespeito ou uma avaliação injusta pode deixar marcas profundas. Ao longo da minha trajetória na educação, tenho percebido que muitas das aprendizagens mais significativas acontecem justamente nas relações que estabelecemos, na confiança que construímos e na capacidade de reconhecer possibilidades onde, muitas vezes, outros enxergam apenas dificuldades.

MINUTO DA ÉTICA

Ética, justiça e inclusão: compromissos indissociáveis

Não podemos falar em ética na educação sem discutir justiça, equidade e inclusão. Tratar todos os estudantes exatamente da mesma maneira nem sempre significa oferecer condições justas de aprendizagem, especialmente quando reconhecemos que cada um chega à escola com experiências, necessidades e oportunidades diferentes. Uma prática pedagógica ética exige compreender essas diferenças e desenvolver estratégias que assegurem o direito de todos à aprendizagem, sem reduzir expectativas ou naturalizar desigualdades.

Nesse sentido, a inclusão precisa ultrapassar o discurso e se concretizar nas práticas cotidianas. Isso significa combater preconceitos, reconhecer a diversidade e compreender que o compromisso com a aprendizagem não pode estar condicionado às características ou às condições sociais dos estudantes. É também nesse exercício que o professor reafirma sua responsabilidade social e contribui para a construção de uma educação mais democrática.

Os desafios da educação contemporânea

Vivemos um momento de profundas transformações sociais e tecnológicas, que trazem novos desafios para a atuação docente. A inteligência artificial, a proteção de dados, a circulação de desinformação e o enfrentamento das diferentes formas de discriminação exigem reflexões permanentes sobre os limites e as responsabilidades da prática educativa. Entretanto, por mais que as tecnologias avancem e as metodologias se transformem, acredito que alguns princípios precisam permanecer inegociáveis: o respeito à dignidade humana, a valorização das diferenças e o compromisso com o direito à educação.

Isso também nos faz refletir que inovar na educação não significa apenas incorporar novas ferramentas, mas repensar nossas práticas, questionar concepções cristalizadas e ampliar as possibilidades de aprendizagem. A ética, portanto, não pode ser compreendida como um conjunto de orientações externas ao trabalho docente, mas como um fundamento que orienta nossas decisões pedagógicas e nossas relações com os estudantes.

Para concluir, uma reflexão...

Ao longo da minha trajetória, tenho reafirmado a convicção de que o papel do professor ultrapassa aquilo que conseguimos registrar em planejamentos, conteúdos ministrados ou resultados de avaliações. Evidentemente, o domínio do conhecimento, o rigor pedagógico e a formação continuada são indispensáveis, mas a educação também acontece no encontro entre pessoas, na escuta, no diálogo e na confiança que depositamos na capacidade de cada estudante aprender.

Quando penso no papel transformador do professor, não penso em alguém que tenha a responsabilidade de mudar o mundo sozinho, mas em um profissional que reconhece sua função social e compreende que suas escolhas podem ampliar horizontes, construir oportunidades e transformar trajetórias. Essa transformação, naturalmente, também depende de políticas públicas, condições adequadas de trabalho e compromisso coletivo com a qualidade da educação.

Afinal, ensinar é uma responsabilidade profissional, mas educar com ética é também um compromisso com a dignidade humana e com a transformação social.

REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.

[1]Gestora da UnInmetro, Chefe do CEDIQ e Coordenadora do PRONAC, na Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional do Inmetro.

AGORA É A HORA DE TESTAR OS SEUS **CONHECIMENTOS**

Um professor denuncia que sofreu assédio moral praticado por seu chefe imediato. Ao receber o relato, a Comissão de Ética deve:

A) Arquivar o caso, pois conflitos entre servidores são questões exclusivamente administrativas.

B) Avaliar a dimensão ética da conduta, adotar as medidas cabíveis e promover o encaminhamento às instâncias competentes quando necessário.

C) Julgar e aplicar sanções disciplinares diretamente ao gestor.

D) Aguardar uma decisão judicial antes de qualquer providência.

ÉTICA EM JOGO

CLIQUE NA IMAGEM ACIMA PARA RESPONDER

XII Concurso **BOAS PRÁTICAS** na Gestão da Ética



A tecnologia e a inovação vêm fortalecendo a ética e a integridade no setor público. Reconhecida no Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, a CELIA é uma iniciativa da Comissão de Ética da CGU que utiliza inteligência artificial para apoiar a análise de consultas e tornar a tomada de decisões mais ágil e eficiente. Confira a entrevista com Paulo Roberto Silva Júnior, representante da Comissão de Ética da CGU, sobre os resultados e impactos dessa ferramenta.

1. Qual foi a motivação da Comissão de Ética da CGU para inscrever a prática "CELIA" no Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética e quais aspectos desta iniciativa vocês consideravam mais inovadores?

A motivação central foi a necessidade de resolver um problema real e urgente de gestão: a Comissão de Ética da CGU acumulava, até então, mais de 530 consultas respondidas no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses, e qualquer pesquisa manual naquele acervo era lenta, suscetível a lacunas e incompatível com a carga horária reduzida dos membros do Colegiado, que dedicam, em média, apenas 20% do tempo às atividades típicas da Comissão.

Esse cenário gerava risco real de decisões baseadas em precedentes incompletos e de inconsistência nas respostas institucionais prestadas aos servidores.

A CELIA, então, representou a resposta tático-operacional ao problema. Sua inovação reside em três aspectos principais: a adoção da estratégia de Recuperação Aumentada por Geração combinada a modelos de linguagem de grande escala, permitindo que a ferramenta compreenda o contexto das consultas em vez de simplesmente buscar palavras-chave, entregando respostas coesas e fundamentadas em fontes rastreáveis; a execução em ambiente seguro, localizado no Brasil, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, sem tráfego de informações sensíveis em redes abertas; e, talvez, o mais distintivo entre todas as suas principais características, a validação humana mandatória, pois toda saída da CELIA deve ser verificada e endossada pelo servidor responsável, o que posiciona a inteligência artificial como um instrumento de apoio à decisão humana, sem jamais pretender substituí-la.

Assim sendo, a inscrição no Concurso foi uma forma natural de compartilhar essa experiência com o restante do serviço público.

2. Como a Comissão de Ética recebeu a premiação e qual foi o significado desse reconhecimento para a equipe envolvida na concepção e implementação da prática?

A premiação foi recebida com profunda satisfação e, principalmente, com senso de responsabilidade.

Para a equipe envolvida em sua concepção, o reconhecimento externo confirmou o que a prática cotidiana já demonstrava, ou seja, a possibilidade de inovar de forma responsável dentro da Administração Pública federal, sem incremento orçamentário, aproveitando a infraestrutura e o capital humano já existentes na instituição.

Nesse sentido, seu significado foi amplo. Especificamente para os servidores que integram a Comissão de Ética, simbolizou a legitimação de uma aposta em eficiência e em qualidade decisória. Para as equipes da DTI e da ASCOM, parceiras essenciais na construção da CELIA, mostrou o reconhecimento de que a colaboração intersetorial produz resultados concretos, mensuráveis e profícuos. Para a CGU, particularmente para sua Secretaria-Executiva e para o Gabinete do Ministro, responsáveis, em última instância, por viabilizar e incentivar a adoção da iniciativa, a premiação reforçou a motivação para seguir aprimorando o sistema interno de gestão da ética, de forma a permitir que uma ferramenta criada internamente possa ser replicada em outras Comissões de Ética Setoriais do Poder Executivo Federal.

3. Na avaliação de vocês, quais são os principais impactos da premiação para a CGU e para o fortalecimento da cultura de ética e integridade na Administração Pública? Internamente, o impacto mais imediato foi, seguramente, a visibilidade e a legitimação institucionais.

A premiação posicionou a CGU como referência em inovação aplicada à gestão ética, demonstrando que o órgão responsável por fiscalizar e exercer o controle interno tem a capacidade de experimentar, aprender e compartilhar boas práticas.

Em termos mais estruturais, o reconhecimento fortaleceu a cultura de integridade ao mostrar que ferramentas de IA podem ampliar a transparência ativa, permitindo contribuir para o controle social e para o dever de exemplaridade. Outrossim, ao uniformizar as decisões da Comissão de Ética a partir de uma base comum de conhecimento, foi possível reduzir a assimetria informacional entre membros novos e experientes, mitigando o impacto do natural turnover no Colegiado. Ainda, ao liberar os servidores de tarefas repetitivas de pesquisa para funções de análise crítica e formulação estratégica, elevou-se a qualidade das entregas institucionais.

Por isso, a premiação representou mais do que um selo de qualidade: trouxe, na prática, a possibilidade de contribuir efetivamente para o Sistema de Gestão da Ética, por meio de um incentivo concreto à replicação dessa lógica em toda a Administração Pública.

4. Entre as iniciativas premiadas ou destacadas no Concurso, existe alguma que a Comissão de Ética da CGU considera especialmente promissora para adaptação ou replicação? O que torna essa experiência uma referência em gestão da ética?

Essa pergunta é particularmente mais delicada, pois todas, igualmente, trouxeram elementos importantes para a gestão da ética.

De forma geral, todas as práticas mencionadas têm o condão de serem referência em gestão da ética, já que eram formadas pela combinação de quatro atributos essenciais: representaram soluções para problemas reais e documentados; contaram com governança sólida que preservava o protagonismo humano; possuíam baixo custo de implantação e manutenção; e, sobretudo, apresentavam nítido potencial de replicação em contextos institucionais distintos.

A exemplo da CELIA, concebida sob essas premissas estruturantes, todas as iniciativas premiadas dispunham de uma arquitetura técnico-operacional promissora, podendo configurar-se como referência para qualquer instituição interessada em trilhar um caminho de aprimoramento da gestão da ética.

O Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética valoriza iniciativas que fortalecem a ética e a integridade no serviço público. Para conhecer mais sobre as práticas reconhecidas e o trabalho desenvolvido na área, acompanhe os canais da Comissão de Ética Pública.

Conheça mais sobre o concurso:

Ep. Especial - Um convite para o Concurso de Boas Práticas

*Neste episódio, abordamos a relevância da premiação na **valorização de boas práticas** e de **iniciativas inovadoras** que fortalecem a cultura ética e a integridade na Administração Pública.*

ouça também no Spotify



OUTROS SERVIÇOS

LEMBRE-SE

O Boletim é um instrumento de todo o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, como tal, conta com a colaboração de vocês, integrantes dessa rede.

A página da CEP reúne conteúdos de interesse das comissões de ética setoriais e conta com um espaço exclusivo para divulgação dos eventos promovidos pelas comissões.

O Minuto da Ética é um espaço de compartilhamento de reflexões. Contribua com temas ou textos enviando sua sugestão para: **eticase@presidencia.gov.br**

Confira as propostas de pautas e escreva um texto para próxima edição!

CLIQUE AQUI

MANTENHA ATUALIZADO O CADASTRO DE SUA COMISSÃO DE ÉTICA SETORIAL!

Sempre que houver qualquer mudança na composição, telefone ou e-mail de contato, avise-nos, preenchendo o formulário disponível na página da CEP.



Clique aqui para acessar

OUTROS SERVIÇOS

CURSOS

Quer aprimorar sua atuação nas comissões de ética e ganhar mais segurança na gestão e apuração de condutas?

Os cursos de Gestão e Apuração da Ética – Básico e Avançado oferecem formação progressiva e aplicada, com conteúdos atualizados e abordagem prática, conduzidos por especialistas da ENAP.

Próxima Turma:

Avançado

09 a 13 de novembro
Inscrições até 25/10

CLIQUE PARA SE INSCREVER



Em que estágio está a gestão da ética da sua instituição?

Acompanhe a nova temporada do **Ética na Tela** sobre o **Modelo de Maturidade da Gestão da Ética Pública (MMGE)**. Conheça o instrumento que apoia as Comissões de Ética na avaliação, no aprimoramento e no fortalecimento da gestão da ética nas instituições públicas. Participe e compartilhe experiências com o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

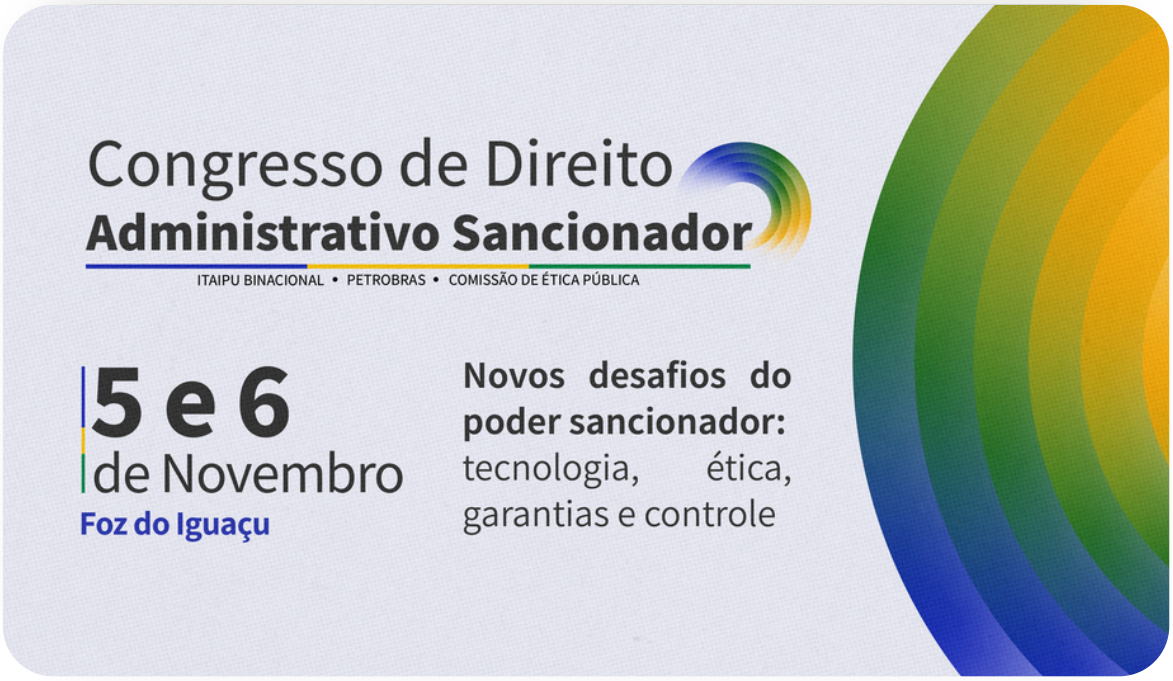
Encontros virtuais:

03/11/2026
11/11/2026
18/11/2026
26/11/2026
02/12/2026
09/12/2026
20/01/2027

CLIQUE PARA SABER MAIS



OUTROS SERVIÇOS



CLIQUE NA IMAGEM ACIMA PARA MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÃO

CANAL DE WHATSAPP

Quer receber as principais novidades da Comissão de Ética pública em primeira mão?

Todas as notícias e informações que você precisa saber sobre a CEP e o Sistética estão concentradas em um só lugar.
Entre para não perder nenhuma atualização!



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O QR CODE PARA ACESSAR

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

Edição 98 – setembro de 2026

Secretaria-Executiva (Gabinete)
Leonardo Câmara Pereira Ribeiro (Secretário-Executivo)
Gislene Pires da Silva
Juliana de Figueiredo Gonçalves Fonseca
Lorena Crishana Dias da Silva Pedreira
Walkyria Lagaci Alcântara (estagiária)
Rafael Mamede Aguiar de França (estagiário)

Coordenadora-Geral de Análise de Processo Ético
Lilian Patrícia Casagrande

Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética
Ana Gabriela Gomes Aguiar

Coordenador-Geral de Análise de Conflito de Interesses
Pedro Henrique Nascimento Zanon

Textos e Diagramação
Walkyria Lagaci Alcântara
Rafael Mamede Aguiar de França
Supervisão: Lorena Pedreira

Revisão Final
Gabinete da Secretaria-Executiva da CEP

Minuto da Ética
Tatiana Claro

Distribuição
Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética